

Distr.: Geral  
10 Agosto 2017  
Original: Inglês



## Conselho de Segurança TRADUÇÃO NÃO-OFICIAL

### **Relatório do Secretário-Geral sobre os desenvolvimentos na Guiné-Bissau e as actividades do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau**

#### **I. Introdução**

1. O presente relatório é apresentado de acordo com a resolução [2343 \(2017\)](#) do Conselho de Segurança, mediante a qual o Conselho prorrogou o mandato do Escritório Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS) até 28 de Fevereiro de 2018 e solicitou que eu apresente relatórios a cada seis meses sobre a situação na Guiné-Bissau e sobre os progressos realizados na implementação da resolução e no mandato do UNIOGBIS. O relatório fornece uma actualização sobre os principais desenvolvimentos políticos, de segurança, de direitos humanos, socioeconómicos e humanitários na Guiné-Bissau desde o meu relatório de 7 de Fevereiro de 2017 ([S/2017/111](#)).

#### **II. Principais Desenvolvimentos na Guiné-Bissau**

##### **A. Situação Política**

2. Desde o meu último relatório, o impasse político na Guiné-Bissau persistiu, sem progressos na implementação do Acordo de Conacri, assinado a 14 de Outubro de 2016. O impasse na Assembleia Nacional e a consequente não aprovação do programa do governo e o orçamento do Estado tem posições mais avançadas no país. Apesar de várias iniciativas voltadas para o diálogo

\* Reeditado por razões técnicas a 15 de Agosto de 2017

genuíno para resolver a crise institucional, não houve nenhum sinal de avanço.

3. A 6 de Fevereiro, o governo do primeiro-ministro Umaro Sissoco Embaló apresentou o seu programa à Assembleia Nacional. A 22 de Fevereiro, a Comissão Permanente da Assembleia composta de 15 membros rejeitou a programação de uma sessão ordinária para avaliar o programa com o fundamento de que o Governo não havia sido formado de acordo com o Acordo de Conacri e que o programa não foi submetido no prazo de 30 dias estabelecido no âmbito do Acordo de Conacri. Apenas os nove membros da Comissão do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) participaram da votação, enquanto os restantes seis membros, do Partido da Renovação Social (PRS), se abstiveram.
4. A 23 de Fevereiro, O PRS, que é o segundo maior partido no Parlamento após o PAIGC, apresentou uma petição ao Presidente da Assembleia Nacional, Cipriano Cassamá, solicitando a anulação da decisão da Comissão Permanente e a convocação de uma reunião plenária da Assembleia Nacional para avaliar o programa do Governo. A 3 de Março, o Presidente da Assembleia emitiu uma decisão de indeferimento do pedido, argumentando que a parte não tinha legitimidade para recorrer das decisões da Comissão. A 12 de Abril, o grupo parlamentar do PRS anunciou a sua decisão de participar apenas em sessões plenárias da Assembleia Nacional.
5. Enquanto isso, à luz da falta de progresso na implementação do Acordo de Conacri, o Mediador da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) para a Guiné-Bissau, o Presidente Alpha Condé da Guiné, enviou o seu Ministro de Estado e Secretário-Geral da Presidência, Naby Youssouf Kiridi Bangoura, a Bissau, de 8 a 9 de Março. O Sr. Bangoura realizou consultas com os líderes políticos do país e com membros da comunidade internacional para discutir a proposta do Mediador para uma reunião de reconciliação em Conacri entre a liderança do PAIGC e o grupo de 15 deputados que foram expulsos do partido em Janeiro de 2016. A reunião proposta não se materializou, no entanto, devido à falta de consenso dentro do grupo de 15 parlamentares.
6. De 10 de Março a 18 de Maio, o Presidente da Guiné-Bissau, José Mário Vaz, realizou uma turné nacional para recolher os pontos de vista das partes interessadas locais sobre os assuntos nacionais. Ao longo da turné, o

Presidente centrou-se em três prioridades: paz e estabilidade; gestão adequada de fundos públicos; e a implementação do seu projecto de agricultura "Mon na Lama" ("Todas as mãos no terreno") para a conquista da auto-suficiência alimentar. A turné terminou em Bissau, onde tanto o Presidente quanto o Ministro do Interior declararam que o governo do Primeiro-ministro Sissoco Embaló "não seria demitido por pressão internacional".

7. Uma série de demonstrações marcou o período do relatório. A 9 de Março, um movimento chamado "Os Cidadãos" organizou um protesto em Bissau, exigindo a retomada das actividades da Assembleia Nacional e expressando apoio ao Presidente e ao Governo. A 11 de Março, o "Movimento de Cidadãos Conscientes e Inconformados" realizou uma contra demonstração em Bissau, pedindo a demissão do presidente. Embora o PAIGC não expressasse apoio público para o protesto, muitos militantes do partido teriam participado nele. A 8 de Abril, o Movimento organizou uma vigília, que contou com a participação de aproximadamente duas dúzias de pessoas, instando o Presidente a encontrar uma solução para a crise política ou a solicitar eleições gerais antecipadas. A polícia usou gás lacrimogéneo contra os manifestantes, prendeu sete pessoas e posteriormente libertou-as. A 22 de Abril, o Movimento e outras organizações da sociedade civil realizaram outra manifestação, reunindo aproximadamente 1.000 pessoas, que foi realizada de forma pacífica. No entanto, durante uma manifestação organizada pelo mesmo movimento a 27 de Maio, que envolveu cerca de 800 participantes, os agentes da autoridade e os manifestantes entraram em confronto, causando lesões a 18 manifestantes e policiais, de acordo com fontes hospitalares.
8. À luz desses desenvolvimentos, o grupo de parceiros internacionais com sede na Guiné-Bissau, composto pelos representantes da União Africana, da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, da CEDEAO, da União Europeia e das Nações Unidas, emitiu um comunicado de imprensa a 26 Maio, observando com preocupação o aumento das tensões no país, alimentado por retórica inflamatória, ataques e ameaças de manifestações de rua violentas. O grupo lembrou as declarações anteriores da CEDEAO, do Conselho de Segurança das Nações Unidas e da União Europeia, instando os atores políticos a retraírem-se.

9. A 2 de Abril, a Secretária Executiva da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, Maria do Carmo Silveira, chegou a Bissau para uma visita de quatro dias para consultar as partes interessadas nacionais e internacionais sobre a crise. Após o seu encontro com o Presidente Vaz a 5 de Abril, a Secretária Executiva afirmou ter recebido garantias do Presidente de que faria todo o possível para criar uma plataforma de diálogo entre os cidadãos da Guiné-Bissau.
10. A 23 de Abril, após consultas em Conacri com o Mediador da CEDEAO, o Presidente Alpha Condé, uma missão ministerial da CEDEAO chegou a Bissau, com o apoio do UNIOGBIS. A missão foi liderada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Libéria e incluiu o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Serra Leoa, o Ministro de Estado e Secretário-Geral da Presidência da Guiné, o Chefe do Estado-Maior do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal e o Presidente da Comissão da CEDEAO.
11. A missão ministerial consultou parceiros internacionais na Guiné-Bissau durante uma reunião co-facilitada pelo meu Representante Especial e pelo Representante Especial da CEDEAO na Guiné-Bissau. A 24 de Abril, a delegação da CEDEAO reuniu-se com representantes da sociedade civil, o Primeiro-ministro, líderes dos partidos políticos representados no Parlamento, o grupo de 15 deputados expulsos do PAIGC e o Presidente. A missão ressaltou a necessidade urgente de implementar o Acordo de Conacri e realizar eleições legislativas e presidenciais pacíficas e credíveis em 2018 e 2019, respectivamente. Também informou as partes interessadas sobre os planos de retirar a missão da CEDEAO na Guiné-Bissau (ECOMIB), a partir de 28 de Abril de 2017, em conformidade com a decisão tomada pela autoridade de Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO na cimeira realizada a 17 de Dezembro de 2016 em Abuja. Durante as consultas, as partes em conflito reafirmaram o seu empenho na implementação do Acordo, enquanto as partes interessadas nacionais e os representantes da sociedade civil expressaram receios de que a retirada da ECOMIB possa ter um impacto prejudicial na segurança e na estabilidade no país.
12. A 25 de Abril, antes de sair de Bissau, a missão emitiu um comunicado final em que recomendava que, em caso de incumprimento do Acordo de Conacri, ou falta de etapas concretas para implementá-lo dentro de 30 dias, a Autoridade de Chefes de Estado e do Governo da CEDEAO imporia sanções

específicas a indivíduos e entidades que obstruem a sua implementação harmoniosa.

- 13.** A forte orientação assumida pela missão ministerial da CEDEAO levou a esforços para promover consultas entre as partes interessadas nacionais. A 5 de Maio, o Governo emitiu uma declaração indicando que o Primeiro-ministro havia convidado os partidos políticos com assento parlamentar para consultas, nos dias 2 e 3 de Maio, no âmbito do Acordo de Conacri. A declaração observou que apenas o PRS aceitou o convite e acrescentou que a Assembleia Nacional era o fórum apropriado para debater a crise. Além disso, o Governo reiterou a sua determinação em encontrar soluções para a crise e assegurar o funcionamento normal da Assembleia Nacional.
- 14.** No mesmo dia, o PAIGC emitiu um comunicado convidando os membros do grupo de 15 parlamentares expulsos como membros do partido a confirmarem à sua Comissão sobre Diálogo e Reconciliação o seu interesse em serem reintegrados como membros. A 17 de Maio, na sequência de uma reunião com a Comissão, o ex-Primeiro-ministro Baciro Djá expressou a sua vontade de ser reintegrado no PAIGC. Durante uma conferência de imprensa realizada no mesmo dia em Bissau, vários outros membros do grupo de 15 parlamentares confirmaram a sua disponibilidade para dialogar com a liderança do partido, desde que as discussões ocorressem fora da sede do PAIGC.
- 15.** A 15 de Maio, representantes do PRS, o grupo de 15 deputados expulsos do PAIGC e representantes do Partido Nova Democracia (PND) apresentaram uma petição ao Presidente da Assembleia reafirmando o seu apoio tanto ao Primeiro-ministro quanto ao Presidente. No entanto, numa carta datada de 22 de Maio dirigida ao Presidente Alpha Condé, o Presidente do PND, Iaiá Djaló, esclareceu que a pessoa que havia assinado a petição em nome do partido não tinha sido autorizada a fazê-lo.
- 16.** A 25 de Maio, o PRS realizou uma manifestação em Bafatá, capital da região de Bafatá. No mesmo dia, numa entrevista a uma rádio local, o Presidente do partido, Alberto N'bunhe Nambeia, afirmou que as sanções internacionais contra os atores políticos não resolveriam, mas piorariam a situação crítica no país.

- 17.** A 1 de Junho, um grupo de 18 partidos políticos sem representação parlamentar emitiu um comunicado de imprensa culpando o PAIGC e o seu Presidente, bem como o Presidente da Assembleia Nacional, pela situação no país. O grupo pediu à CEDEAO que impusesse sanções ao PAIGC, ao seu líder, o Presidente e aos seus apoiantes por não cumprirem com o Acordo de Conacri.
- 18.** A 24 de Maio, o meu Representante Especial convocou uma reunião com um grupo independente de organizações de mulheres, conhecido como Grupo de Mulheres Facilitadoras, para discutir etapas concretas para o envolvimento das mulheres na busca de uma solução consensual para a crise. A 27 de Maio, o Fórum entregou um memorando ao UNIOGBIS, expressando a necessidade de resolver as divisões prolongadas entre os líderes políticos e pediu medidas para acabar com a exclusão contínua das mulheres nos processos políticos. O meu Representante Especial encorajou-as a reclamar o seu lugar legítimo nas áreas nacionais de tomada de decisão e de construção da paz, inclusive através do aumento da sua participação na facilitação do diálogo entre as partes políticas intervenientes. Em resposta, o grupo de facilitação das mulheres solicitou que o UNIOGBIS oferecesse apoio técnico e financeiro para o seu envolvimento na resolução da crise. A Missão forneceu esse apoio.
- 19.** O grupo de facilitação das mulheres posteriormente reuniu-se com o Presidente, a 30 de Maio, para defender um diálogo genuíno e directo com os principais líderes políticos. No mesmo dia, o Fórum emitiu um comunicado de imprensa, apelando aos partidos políticos para que iniciassem um diálogo construtivo para a resolução de conflitos. A 2 de Junho, representantes do Fórum reuniram-se com o meu Representante Especial para informá-lo sobre os progressos realizados nos seus esforços de facilitação.
- 20.** A 4 de Junho, a CEDEAO realizou a 51ª sessão ordinária da Autoridade dos Chefes de Estado e de Governo em Monróvia. No seu comunicado final, a Autoridade: instou todas as partes interessadas a cumprir as disposições do Acordo de Conacri; prorrogou o mandato da ECOMIB por três meses para permitir a plena implementação do Acordo; e afirmou a sua determinação de

instituir, se necessário, sanções específicas contra todas as entidades que atuem para obstruir a boa implementação do Acordo. A Autoridade elogiou a contínua não-interferência do Exército no impasse político, instando-o a continuar a manter essa postura; e instruiu a Comissão da CEDEAO a avaliar regularmente, através de um comité ministerial de alto nível, os progressos realizados na implementação do Acordo.

- 21.** De 13 a 15 de Junho, o Presidente do Comité de Sanções das Nações Unidas criado nos termos da Resolução [2048 \(2012\)](#) do Conselho de Segurança, Embaixador Elbio Rosselli do Uruguai, visitou Bissau. A sua visita destinava-se a reunir informações em primeira mão sobre a implementação e eficácia das medidas de sanção impostas pelo Conselho de Segurança e para discutir os desenvolvimentos políticos relacionados. O Chefe da delegação reuniu-se com o Presidente, o Presidente da Assembleia, o Primeiro-ministro, os Ministros dos Negócios Estrangeiros e do Interior, os militares sob sanções, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, os líderes dos partidos políticos, o grupo de 15 deputados expulsos do PAIGC e Representantes da sociedade civil, organizações de mulheres e jovens. Ele também conversou com funcionários do UNIOGBIS e outros parceiros internacionais. Dirigindo-se aos meios de comunicação a 15 de Junho, o Embaixador Rosselli congratulou-se com o comportamento exemplar dos militares e observou que apresentaria as suas conclusões ao Comité de Sanções e ao Conselho de Segurança para avaliação.
- 22.** A 19 de Junho, o PAIGC, em nome dos partidos políticos representados no Parlamento, com excepção do PRS, apresentou um documento ao grupo de parceiros internacionais da Guiné-Bissau que propõe modalidades para a implementação do Acordo de Conacri. O documento reiterou a proposta feita pelo Presidente da Assembleia em Fevereiro de 2017, que incluía um cronograma para a implementação do Acordo.
- 23.** De 22 a 24 de Junho, a PAIGC realizou a sua primeira Convenção Nacional em Bissau, reunindo cerca de 600 delegados. O ex-Primeiro-ministro Baciro Djá, que ocupou o cargo de terceiro Vice-presidente do PAIGC antes da crise, participou do evento como membro ordinário do partido. A Convenção adoptou várias recomendações, incluindo a necessidade de: esclarecer, através da reforma constitucional, o poder e as prerrogativas conferidas ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário, mantendo o sistema

semipresidencial; reforma da lei eleitoral e do direito dos partidos políticos; e minimizar a recorrência de conflitos internos. A convenção do PAIGC também recomendou que o Presidente do partido tenha voz na selecção dos candidatos do partido para eleições presidenciais e legislativas e reiterou o apelo à nomeação de Augusto Olivais como a escolha de consenso como Primeiro-ministro no âmbito do Acordo de Conacri. A Convenção ocorreu em meio a graves tensões entre os principais membros do PAIGC e uma facção do grupo de 15 deputados expulsos, que acusaram a liderança do partido de excluir todos os militantes e membros seniores do partido suspeitos de apoiar o grupo.

- 24.** Durante um encontro com líderes religiosos a 26 de Junho, o Presidente Vaz pediu a unidade entre todos os cidadãos da Guiné-Bissau e enfatizou que as partes interessadas nacionais deveriam fazer o seu melhor para superar os desafios do país nos próximos 90 dias. Apelou ao PAIGC, ao PRS e ao grupo de 15 deputados expulsos do PAIGC para chegarem a um acordo e facilitarem a adopção do programa do Governo e do orçamento do Estado, acrescentando que, em caso de não-acordo, ele iria convocar eleições antecipadas.
- 25.** De 5 a 10 de Julho, como resultado dos esforços de advocacia liderados pelo grupo de facilitação das mulheres, o Presidente manteve conversações bilaterais com o Presidente da Assembleia, o Primeiro-ministro, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, bem como os líderes do PAIGC e do PRS. O grupo de facilitação informou o meu Representante Especial de que os principais líderes políticos concordaram em retomar consultas regulares e considerar opções para resolver a crise de acordo com a Constituição e o Acordo de Conacri. O grupo aproveitou a oportunidade para solicitar mais apoio consultivo e programático da UNIOGBIS.
- 26.** A 17 de Julho, o Conselho de Paz e Segurança da União Africana emitiu um comunicado expressando apoio aos esforços de mediação da CEDEAO e instando o Presidente a liderar o caminho para a implementação do Acordo de Conacri. Insistiu ainda para que todas as partes se abstivessem de acções ou declarações que pudessem aumentar as tensões e incitar à violência e pediu o respeito pelos direitos humanos e pela liberdade de expressão. O Conselho também expressou a sua preocupação com a retirada prevista da ECOMIB até Setembro de 2017, convidando a comunidade internacional a mobilizar recursos financeiros para apoiar a continuação da missão e decidiu



realizar uma missão na Guiné-Bissau em 2017 para dar seguimento à implementação das decisões da União Africana e da CEDEAO e se envolver com as partes interessadas nacionais sobre o caminho a seguir.

## **B. Situação de segurança**

**27.** Em geral, a situação de segurança manteve-se estável, mas tensa. A crise política prolongada levou a uma intensificação das manifestações e, apesar de a maioria delas permanecerem pacíficas, o período do relatório foi marcado por maiores confrontos entre as autoridades policiais e os manifestantes.

**28.** A 5 de Maio, a ECOMIB iniciou uma retirada dos quartéis em antecipação a uma retirada total do país numa fase posterior. A 4 de Junho, 65 membros do contingente nigeriano foram repatriados. No entanto, a retirada da ECOMIB foi subsequentemente interrompida pela decisão da Autoridade de Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO de prorrogar o mandato da missão por três meses, até 30 de Setembro de 2017.

## **C. Situação dos Direitos Humanos**

**29.** Durante o período abrangido pelo relatório, não houve avanços significativos na garantia da conformidade da Comissão Nacional de Direitos Humanos com os Princípios de Paris, nomeadamente o princípio da independência do Governo. Nenhum progresso significativo foi observado em relação à investigação de violações dos direitos humanos graves passados e à criação de mecanismos de responsabilização relacionados.

**30.** Com uma nota positiva, o UNIOGBIS registrou progresso num processo legal iniciado pelas autoridades nacionais após a prisão ilegal, a tortura e a morte subsequente de um cidadão de 34 anos numa delegacia de polícia em Bissau, a 23 de Janeiro. O Procurador-Geral acusou oito policiais com danos corporais graves a 22 de Fevereiro e a 9 de Junho, um policial foi condenado a três anos e três meses de prisão e foi instruído a pagar uma indemnização à família da vítima. Os outros sete suspeitos foram absolvidos por falta de provas.

**31.** A 9 de Junho, o Governo da Guiné-Bissau realizou uma auto-avaliação do seu registo na implementação de recomendações internacionais na área dos direitos humanos, estimulando o diálogo nacional entre as instituições do Estado e os

atores da sociedade civil, representantes da juventude e mulheres e outros principais intervenientes, com o apoio do UNIOGBIS. O evento incluiu representantes do Poder Judicial, da Assembleia Nacional, da Presidência, dos ministérios e dos secretariados interessados, e representantes da sociedade civil e da comunidade internacional.

**32.** A 27 de Junho, o Conselho Nacional de Comunicação Social e uma associação de jornalistas emitiram declarações denunciando tentativas de restringir a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa através da intimidação. A 30 de Junho, o Governo suspendeu a transmissão do organismo de radiodifusão de serviço público de Portugal (Rádio e Televisão de Portugal). Em resposta, a Liga dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau emitiu uma declaração condenando a decisão e pedindo uma solução através do diálogo.

**33.** O UNIOGBIS documentou incidentes, incluindo casos de detenções e o uso desproporcional da força por parte dos agentes da lei durante uma manifestação realizada a 27 de Maio, condenados pela Liga dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau. Na sequência de um protesto organizado a 8 de Abril pelo Movimento dos Cidadãos Conscientes e Inconformados, a polícia deteve brevemente sete manifestantes com base numa lei que impede a realização de reuniões ou manifestações em locais públicos localizados a uma distância específica de certos edifícios institucionais. A polícia depois libertou-os, na sequência dos esforços de facilitação do UNIOGBIS.

**34.** A 1 de Junho, o Ministério do Interior emitiu um comunicado de imprensa, proibindo a organização de manifestações previstas para 3 e 4 de Junho pelo Movimento dos Cidadãos Conscientes e Inconformados e do Movimento "O Cidadão", com o argumento de que os eventos poderiam ameaçar a ordem pública e a paz. A 2 de Junho, a Liga dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau condenou a carga da Secretaria de Estado e instou o Governo a abster-se de actos susceptíveis de restringir o direito de realizar manifestações:

#### **D. Situação social, económica e humanitária**

**35.** O período em análise foi marcado pelo contínuo desempenho económico positivo. O crescimento do produto interno bruto (PIB) para 2017 é projectado

em cerca de 5 por cento, ligeiramente inferior ao nível de 5.1 por cento de 2016, mas muito maior que a média da África subsaariana de 2,6 por cento. Este é o resultado combinado de um aumento na produção e exportação da castanha de caju, o crescimento no sector de construção, um quadro macroeconómico mais estável, aumento das receitas públicas (32,4 por cento) e maior disciplina na gestão das finanças públicas. A produção total da castanha de caju é estimada em mais de 170 mil toneladas, com preços em níveis historicamente altos (os produtores receberam uma média de 1.050 francos CFA (US \$ 1,75) por quilograma no final de Junho de 2017. Apesar da suspensão contínua do apoio ao orçamento directo, o Governo pagou salários regularmente e cobriu algumas despesas básicas.

- 36.** O Comité do Tesouro, que foi criado em 2016, e no qual o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a União Europeia, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial são observadores, melhorou o seu papel de supervisão da gestão da despesa pública. O Comité também forneceu um espaço útil para a partilha de informações entre o Governo e seus principais parceiros de desenvolvimento, com foco numa maior disciplina fiscal e transparência. No entanto, são necessários esforços adicionais e sustentados para alcançar uma maior eficiência na alocação das despesas públicas.
- 37.** Em Maio, o FMI avaliou o desempenho do país como sendo globalmente satisfatório, com progressos tangíveis na implementação de reformas económicas e financeiras. Consequentemente, o FMI aprovou um acordo de facilidade de crédito ampliado no montante de US \$ 3,03 milhões em direitos de levantamento especiais. Além disso, o Grupo do Banco Mundial aprovou o Quadro de Parceria de Países Novos para a Guiné-Bissau num valor indicativo de US \$ 90 milhões para o período de 2018 a 2021.
- 38.** Apesar do desempenho económico relativamente positivo, o bem-estar geral e as condições sociais entre a população continuam sendo desafiantes. A pobreza continua alta e generalizada, e há uma melhoria limitada nos resultados mais amplos do desenvolvimento humano. A fim de melhorar a disponibilidade e a qualidade dos dados sobre a pobreza e melhorar a compreensão das várias dimensões da pobreza, o PNUD e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) lançaram uma análise multidimensional da pobreza em Abril de 2017. O estudo deverá ser completado no final de 2017.

39. Durante o período em análise, as greves dos sindicatos dos sectores da justiça e da educação por atrasos no pagamento de subsídios e atrasos salariais levaram a negociações entre o Governo e a União de Secretários do Tribunal, bem como com os dois principais sindicatos de professores. Os acordos alcançados em ambos os casos ajudaram a apaziguar as tensões sociais.
40. De Fevereiro a Abril, a UNICEF apoiou o Ministério da Educação na impressão e distribuição de manuais escolares para 310 mil crianças em idade escolar em todo o país, em cooperação com a Parceria Global para a Educação, para melhorar a qualidade da educação no país.
41. A Organização Mundial da Saúde (OMS) prestou apoio a uma missão conjunta organizada pela Aliança Global para Vacinas e Imunização, o Fundo Global de Combate à SIDA, Tuberculose e Malária e ao Banco Mundial de 3 a 7 de Abril. A missão avaliou as condições para a elegibilidade do país para novos modelos de financiamento para os próximos três anos.
42. De 31 de maio a 4 de Junho, o Ministério da Saúde, atores das Nações Unidas (OMS, UNICEF e PNUD) e outros parceiros realizaram uma campanha nacional para a distribuição de redes tratadas com insecticidas de longa duração. Cerca de 1 milhão dessas redes foram distribuídas para proteger mais de 2 milhões de adultos e crianças contra a malária. As mortes de paludismo na Guiné-Bissau são mais de 30% maiores que em outros países da África Ocidental, representando 15,8% de todas as mortes. As crianças com menos de cinco anos de idade são afectadas desproporcionalmente, representando cerca de 41% de todos os casos e 45% de todas as mortes.

### **III. Situação da implementação do mandato do Escritório Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau**

#### **A. Promover o diálogo político inclusivo e apoiar os processos de reconciliação nacional**

43. Durante o período em análise, o UNIOGBIS concentrou-se em ajudar a prevenir a escalada de tensões e violência, melhorar o clima político, restaurar a confiança entre líderes políticos e abrir espaço de diálogo e consenso. O meu

Representante Especial trabalhou em estreita colaboração com o grupo de parceiros internacionais com sede na Guiné-Bissau e consultou os principais interessados, incluindo os partidos políticos, os representantes da sociedade civil, os religiosos, os tradicionais e outros líderes de opinião, instando-os a defender o diálogo e uma resolução pacífica da crise.

- 44.** À luz da situação política polarizada e da falta de diálogo genuíno entre as principais partes interessadas, o meu Representante Especial procurou promover os esforços de construção de consenso de um grupo de mulheres formadoras de opinião. O UNIOGBIS forneceu orientação estratégica e apoio, assegurando ao mesmo tempo que o grupo de facilitação das mulheres mantém a total propriedade da iniciativa. Como resultado, o grupo tomou a decisão de informar todos os principais interessados sobre a necessidade de uma resolução urgente e consensual do impasse político. A sua determinação e compromisso genuíno levaram a conversações bilaterais entre o Presidente, o Presidente da Assembleia, o Primeiro-ministro e o Presidente do PAIGC pela primeira vez desde que a crise se desencadeou em Agosto de 2015.
- 45.** De 8 a 11 de Fevereiro, com o apoio do UNIOGBIS e do Fundo de Consolidação da Paz, a Comissão Organizadora da Conferência Nacional para a Consolidação da Paz e do Desenvolvimento na Guiné-Bissau organizou um simpósio internacional sobre o tema "Enfrentar o passado para construir a Guiné-Bissau do amanhã". Participaram mais de 250 participantes, incluindo o Presidente, o Presidente da Assembleia, líderes políticos, representantes das instituições nacionais, forças de defesa e segurança, sociedade civil e academia. A comissão organizadora apresentou os resultados das consultas realizadas em conferências regionais anteriores e com os nacionais que vivem na diáspora de 2009 até a data actual. No final das discussões, os participantes fizeram várias recomendações, incluindo a necessidade da liderança política se envolver num diálogo franco e aberto para desbloquear o actual impasse político.
- 46.** A 22 de Junho, com o apoio do UNIOGBIS, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa lançou uma série de sete conferências sobre a reforma do Estado. Na primeira conferência, foi realizado um debate sobre "A abordagem histórica e sociológica da luta pelo poder na Guiné-Bissau". A 6 de Julho, o Instituto Nacional realizou a sua segunda conferência sobre "Os partidos políticos e os desafios da coesão social e da estabilização política nacional". Cerca de 50 estudiosos e estudantes da Guiné-Bissau participaram da primeira conferência,

e o número aumentou para 110 para a segunda conferência. Ambos os eventos foram transmitidos ao vivo por uma rádio local.

## **B. Revisão da Constituição da Guiné-Bissau**

**47.** Durante o período do relatório, as partes interessadas nacionais não fizeram nenhum progresso na implementação do Acordo de Conacri no que se refere à revisão da Constituição. Em vista da crise política e institucional, a comissão ad hoc sobre reforma constitucional da Assembleia Nacional não se reuniu.

## **C. Reforma do sector de segurança nacional e estratégias do Estado de direito**

**48.** O UNIOGBIS continuou a trabalhar em cooperação com a União Africana, a CEDEAO e a União Europeia para ajudar as partes interessadas nacionais na revisão da estratégia do país para a reforma do sector de segurança, adoptada em 2006, para incluir a reforma do sector de segurança marítima. A missão ajudou as autoridades de defesa nacional a avançar nas relações civil-militares, inclusive através do apoio ao programa de relações civil-militar do Instituto de Defesa Nacional e no desenvolvimento de uma estratégia nacional para as relações civil-militares.

**49.** O UNIOGBIS apoiou os esforços dos Ministérios da Defesa e do Interior e do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, incluindo uma iniciativa de sensibilização lançada a 25 de Maio para orientar o pessoal militar e de segurança para evitar interferências no processo político e garantir a subordinação à cadeia de comando legal.

**50.** Estão em curso consultas entre o UNIOGBIS e o Governo para enfrentar os desafios relacionados com a reforma do sector de segurança, a desmobilização e a reintegração socioeconómica do pessoal militar e de segurança.

## **D. Mobilização, harmonização e coordenação da assistência internacional**

**51.** O meu Representante Especial convocou reuniões periódicas dos parceiros internacionais e regionais baseados na Guiné-Bissau com o objectivo de promover

uma compreensão compartilhada da evolução da situação e assegurar uma abordagem coordenada e mensagens da comunidade internacional.

**52.** A nível regional, o meu Representante Especial intensificou os seus bons ofícios para ajudar a facilitar e apoiar um compromisso sustentado, inclusivo e coordenado pela CEDEAO. Ele viajou para Monróvia, Conacri e Dakar para discutir os objectivos, o calendário e as modalidades da missão ministerial da CEDEAO para Bissau. Pouco depois da cimeira da CEDEAO em Monróvia, a 16 de Junho, o meu Representante Especial visitou Lomé, onde conheceu o Presidente Faure Essozimna Gnassingbé na qualidade de novo Presidente da Autoridade de Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO. Eles discutiram perspectivas de curto prazo, possíveis cenários e modalidades de apoio para a condução de um processo de mediação bem-sucedido da CEDEAO na Guiné-Bissau.

**53.** A 13 de Abril, uma delegação visitante da Organização Internacional da Francofonia reuniu-se com representantes do UNIOGBIS e da comunidade diplomática em Bissau. A delegação informou os participantes sobre os intercâmbios com as partes interessadas nacionais e reafirmou a necessidade de salientar às partes interessadas sobre a importância de implementar urgentemente o Acordo de Conacri.

**54.** A 12 de Maio, a configuração da Guiné-Bissau da Comissão de Consolidação de Paz publicou uma declaração sobre a situação na Guiné-Bissau, elogiando os esforços diplomáticos da CEDEAO e encorajando os seus líderes a continuar o processo de mediação para acabar com o impasse político. A configuração reafirmou o apoio ao roteiro de seis pontos da CEDEAO e ao Acordo de Conacri e expressou a esperança de que a retirada da ECOMIB seja conduzida de forma a não prejudicar a estabilidade política. Exortou firmemente todos os principais atores políticos a se envolverem no diálogo e exortaram o retraimento, moderação e compromisso para resolver a crise política.

### **E. Reforço das instituições democráticas e aumento da capacidade dos órgãos do Estado**

**55.** O impasse político e institucional dificultou os esforços do UNIOGBIS para auxiliar as autoridades nacionais no fortalecimento das instituições democráticas e no fortalecimento da capacidade dos órgãos do Estado, inclusive a Assembleia Nacional. O UNIOGBIS encomendou ao Instituto Internacional de Estudos de Segurança para apoiar as partes interessadas nacionais na implementação das

disposições do Acordo de Conacri relativas às reformas institucionais. O Instituto realizou uma missão técnica a Bissau de 20 a 24 de Março para preparar as bases para a realização de consultas com especialistas nacionais e internacionais sobre um pacto de estabilidade. Espera-se que a conclusão do processo ajude a criar um clima propício a eleições pacíficas e credíveis e que leve ao fortalecimento das instituições do Estado.

**56.** A 25 de Março, o UNIOGBIS realizou duas reuniões separadas em Bafatá, com o governador em exercício da região, Alfa Djaló, e representantes de organizações da sociedade civil e líderes tradicionais. O governador e os representantes da sociedade civil expressaram apoio à organização das eleições autárquicas, que consideraram um passo fundamental para a descentralização e o desenvolvimento local, ao mesmo tempo em que enfatizavam a necessidade de resolver o impasse político antes das eleições.

## **F. Aplicação da lei, justiça criminal e sistemas penitenciários.**

**57.** No contexto das crescentes tensões políticas, o UNIOGBIS informou as autoridades nacionais relevantes sobre o uso responsável da força e as melhores práticas na manutenção da ordem pública e sobre os direitos dos cidadãos durante as manifestações. O UNIOGBIS também forneceu suporte técnico e assessoria à Guarda Nacional sobre a revisão e desenvolvimento de políticas de conduta e disciplina, bem como procedimentos e padrões de recurso.

**58.** Além disso, o UNIOGBIS prestou assistência técnica a uma conferência sobre cooperação policial e judiciária internacional realizada em Bissau em Maio. Patrocinado pelo projecto de assistência consolidada ao Estado de direito português e facilitado por especialistas do Brasil e de Portugal, o evento reuniu cerca de 100 profissionais da lei da Guiné-Bissau para discutir, entre outros: os vínculos entre o estado de direito e a justiça criminal; a necessidade de cooperação interinstitucional e transnacional de assistência policial e judiciária eficaz; a importância de combater o crime organizado transnacional grave; e contrabando de migrantes. O UNIOGBIS e o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC) apoiaram o envolvimento do Tribunal Nacional de Auditoria com as partes interessadas sobre discussões de impunidade e corrupção no sector público. O UNIOGBIS e o UNODC apoiaram o Tribunal Nacional de Auditoria na organização de um atelier, a 27 de Abril, sobre a luta contra a impunidade e a corrupção no sector público.



**59.** O UNIOGBIS ajudou a reforçar a capacidade de investigação de 34 oficiais da Guarda Nacional. A missão também contribuiu para fortalecer as capacidades dos policiais da Ordem Pública na recolha e uso de estatísticas da criminalidade para orientar patrulhas focadas. Além disso, forneceu orientação estratégica e técnica para o desenvolvimento de planos estratégicos por parte das agências de aplicação da lei.

**60.** Durante o período abrangido pelo relatório, o UNIOGBIS trabalhou em estreita colaboração com o Conselho Superior de Polícia e Coordenação da Segurança Interna para melhorar a coordenação interinstitucional nacional dos órgãos policiais sobre métodos para conter o tráfico de drogas, a exploração sexual de crianças e o tráfico de pessoas, a segurança de passageiros marítimos e estratégias de prevenção do crime.

**61.** Para ampliar a prestação de serviços de justiça em todo o país, o UNIOGBIS iniciou, juntamente com o Supremo Tribunal, o desenvolvimento de equipas móveis de justiça criminal.

**62.** O UNIOGBIS contribuiu para uma maior consciencialização sobre as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento dos Reclusos (Regras de Nelson Mandela) através do apoio a visitas de avaliação técnica do Director Geral de Prisões às instalações de detenção em Mansoa, na região de Oio, e em Bafatá. Trabalhando com o Director Geral, o UNIOGBIS desenvolveu recomendações para a reabilitação da instalação de Mansoa.

## **G. Promoção e protecção dos direitos humanos**

**63.** Na sequência da monitorização e avaliação periódicas das condições de detenção pela Secção de Direitos Humanos do UNIOGBIS, a missão preconizava um maior cumprimento dos padrões de direitos humanos, nomeadamente através da divulgação a funcionários do Estado e outras partes interessadas de um guia sobre os direitos dos detidos elaborado pelo UNIOGBIS, em parceria com o Ministério da Justiça. As actividades de monitorização também incluíam as condições das instalações médicas e as manifestações e greves organizadas durante o período do relatório.

**64.** De 21 a 29 de Fevereiro, o UNIOGBIS treinou 30 polícias, 30 oficiais da Guarda Nacional e 45 oficiais militares em Bissau e nas regiões de Bafatá e Buba na protecção dos direitos humanos e da igualdade de género. De 5 a 9 de Junho, o

UNIOGBIS, em colaboração com o Centro de Formação Judicial financiado pelo PNUD, concluiu uma série de cursos de capacitação em direitos humanos e administração de justiça para 40 juizes e procuradores civis e militares, advogados e membros da Polícia Judiciária, incluindo cinco mulheres. O atelier de formação centrou-se em: direitos das mulheres e dos filhos na administração da justiça; o papel dos tribunais na protecção dos direitos económicos, sociais e culturais; a protecção da liberdade de pensamento, consciência, expressão e religião; e o direito à reunião pacífica.

**65.** A 8 de Junho, o UNIOGBIS e o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) divulgaram um relatório conjunto sobre o direito à saúde na Guiné-Bissau. No comunicado de imprensa conjunto divulgado na ocasião, o meu Representante Especial enfatizou que a realização do direito à saúde tem um forte vínculo com o processo de construção da paz na Guiné-Bissau. O Alto-comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Zeid Ra'ad Al Hussein, ressaltou o dever do Estado de garantir o direito à saúde e pediu aos doadores que continuem apoiando as actividades do Governo da Guiné-Bissau a este respeito.

**66.** De 17 de Março a 9 de Junho, o UNIOGBIS ajudou a aumentar a capacidade nacional de protecção e promoção do respeito dos direitos humanos e da igualdade de género através da divulgação de recomendações formuladas por mecanismos internacionais de direitos humanos, incluindo a revisão periódica universal, os organismos do acordo, os procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos, funcionários do governo, parlamentares, juizes, promotores, funcionários públicos, organizações da sociedade civil e organizações internacionais não-governamentais.

**67.** De 19 a 23 de Junho, o UNIOGBIS concluiu uma série de sessões de formação para pontos focais de direitos humanos no Exército, fornecendo uma acção de formação em Cacheu, capital da região de Cacheu, para 35 funcionários militares, incluindo uma mulher.

## **H. Combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado transnacional**

**68.** Durante o período em análise, o UNODC e o UNIOGBIS apoiaram as acções da Unidade de Crime Transnacional da Guiné-Bissau, a fim de fortalecer a sua capacidade de realizar investigações de tráfico de drogas com base em

informações, inclusive através de uma cooperação regional e internacional aprimorada, como parte da Iniciativa da Costa Ocidental de África. Eles também apoiaram a célula anti tráfico, no âmbito do programa internacional de comunicação do aeroporto.

**69.** Em conjunto com a formação dada pela Polícia Federal do Brasil no contexto do Programa de Comunicação Aeroportuária, o UNIOGBIS e o UNODC treinaram membros da Polícia Judiciária, Polícia de Ordem Pública, Serviços de Imigração e Alfândega e INTERPOL sobre as ameaças do crime organizado, questões relacionadas a drogas, tráfico de seres humanos, bem como corrupção e sua vinculação com outros crimes.

**70.** A 21 de Abril, o UNIOGBIS e o UNODC forneceram orientação estratégica e técnica para permitir a verificação, transporte e incineração de 46,3 quilos de cocaína, 2 litros de cocaína líquida e 584,03 quilos de maconha, que estavam detidos pela Polícia Judiciária. Desde o início de 2017, a Polícia Judiciária e a Unidade de Crime Transnacional relataram a apreensão de 2,9 quilos de cocaína e 392 kg de maconha.

**71.** A 9 de Maio, o UNIOGBIS foi informado da aprovação pela Guarda Nacional do relatório sobre a avaliação dos postos fronteiriços terrestres e marítimos, que tinha sido preparado com o apoio do UNIOGBIS. A sua aprovação permitiu à Força-Tarefa de Reforma do Sector de Segurança Interinstitucional prosseguir com a remodelação e o equipamento de postos fronteiriços seleccionados. A missão também apoiou visitas de orientação e formação aos postos fronteiriços da Guarda Nacional para fortalecer as capacidades técnicas nacionais para a alfândega e migração.

**72.** O UNODC apoiou a melhoria das capacidades de aplicação da lei para o controle das fronteiras marítimas e as patrulhas, inclusive através da entrega, em Junho, de dois barcos, a serem disponibilizados para a Unidade de Crime Transnacional, a Polícia Judiciária e a Guarda Nacional. O UNODC também forneceu oficiais individuais da Unidade de Crime com equipamentos de protecção balística e uma câmara térmica de visão nocturna para vigilância secreta, bem como uniformes policiais e outros equipamentos individuais de polícia.

**73.** Na ilha de Bubaque, no arquipélago dos Bijagós, na região de Bolama, o UNIOGBIS prestou assistência técnica nas reuniões de trabalho entre as partes interessadas das empresas e os agentes da autoridade, a fim de lidar com o fraco controlo das fronteiras, tráfico de drogas, imigração ilegal e tráfico de seres

humanos. O UNODC também apoiou a montagem de um posto pré-fabricado para a Polícia Judiciária em Bubaque, o que ajudou a aumentar a sua presença operacional.

## **I: Incorporando uma perspectiva do género na construção da paz**

**74.** De 27 de Fevereiro a 1 de Março, nas regiões de Bafatá, Buba e Quinara, o UNIOGBIS, em parceria com os Ministérios da Defesa e do Interior, organizou uma sessão de formação sobre direitos humanos das mulheres e igualdade do género para 105 membros, incluindo 40 mulheres, das instituições de defesa e segurança do país. O atelier de formação centrou-se nas perspectivas do género e na introdução de cotas de género no processo de recrutamento no âmbito das reformas do sector de defesa e segurança.

**75.** A 8 de Março, o Governo e as organizações da sociedade civil celebraram o Dia Internacional da Mulher, com o apoio da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres (ONU-Mulheres) e em parceria com todas as agências das Nações Unidas. Na ocasião, o Instituto de Mulheres e Crianças apresentou a Política Nacional do Género e o seu plano de acção ao Ministério da Mulher, da Família e da Solidariedade Social. No mesmo dia, o Ministério da Mulher, da Família e da Solidariedade Social lançou oficialmente o seu Departamento do Género, em parceria com a ONU-Mulheres.

**76.** De 28 a 31 de Março, o UNIOGBIS e cinco membros da Plataforma Política Nacional das Mulheres participaram numa missão conjunta na Gâmbia com o Grupo de Trabalho sobre Mulheres, Paz e Segurança na África Ocidental e o Sahel, organizado com o apoio da CEDEAO, o Escritório das Nações Unidas para a África Ocidental e o Sahel, ONU-Mulheres, PNUD e o Fundo das Nações Unidas para a População. As mulheres líderes encontraram-se com as autoridades nacionais e expressaram solidariedade com o povo da Gâmbia, especialmente mulheres e meninas, após a crise pós-eleitoral do país.

**77.** A 19 e 20 de Abril, a ONU-Mulheres organizou uma conferência nacional sobre a participação das mulheres nos processos de tomada de decisão para discutir os desafios enfrentados pelas mulheres, e as mulheres na sociedade da Guiné-Bissau em geral, na situação política actual, para fazer recomendações para a Paz e estabilidade no país. A conferência, que foi facilitada pela Plataforma Política das Mulheres e pelo grupo parlamentar feminino, reuniu 198 participantes, incluindo 49 homens, das organizações de mulheres, da Assembleia Nacional e ex-ministras.

Na ocasião, o UNIOGBIS realizou uma sessão de formação sobre mulheres e controlo de recursos para mulheres parlamentares e representantes de organizações da sociedade civil.

## **J: Preparação para as eleições legislativas e presidenciais em 2018 e 2019.**

**78.** A 28 de Março, a Comissão Nacional Eleitoral divulgou oficialmente o relatório final sobre as eleições legislativas e presidenciais de 2014 na Guiné-Bissau. O evento foi precedido por um seminário sobre desafios pendentes antes das próximas eleições. Durante o seminário, o Secretário Executivo da Comissão, Idrissa Djaló, informou aos participantes sobre a intenção da Comissão de elaborar projectos de lei relevantes para submeter à Assembleia Nacional. Ele também enfatizou a urgência de actualizar o registro de eleitores e o mapeamento dos círculos eleitorais, com o objectivo de assegurar a condução regular e oportuna das eleições legislativas e locais. Os participantes discutiram os prós e os contras de realizar eleições legislativas e locais separadamente ou simultaneamente. Enquanto alguns expressavam preferência por eleições combinadas no interesse do tempo e do custo, outros preferiam votações separadas, observando que os esforços de educação cívica seriam necessários antes das eleições locais.

**79.** Uma missão de avaliação de necessidades eleitorais das Nações Unidas para a Guiné-Bissau foi realizada de 25 de Abril a 2 de Maio, de acordo com o pedido de assistência técnica e financeira do Primeiro-ministro, para actualizar a delimitação de eleitores e o registro de eleitores antes do legislativo e eleições locais. Os membros da missão, que realizaram consultas com representantes dos órgãos de gestão eleitoral do país e uma ampla gama de partes interessadas nacionais e internacionais, concluíram que os atrasos na implementação do Acordo de Conacri afectaram negativamente os esforços para avançar o diálogo e rever o quadro legal que antecede as eleições legislativas e presidenciais em 2018 e 2019.

**80.** A 17 de Maio, o grupo de parceiros internacionais com sede na Guiné-Bissau encontrou-se com o Presidente Vaz para transmitir as suas preocupações quanto aos atrasos na implementação do Acordo de Conacri. Dirigindo-se aos meios de comunicação em nome do grupo, o Representante Especial da União Africana na Guiné-Bissau informou que a questão das eleições legislativas foi levantada, incluindo as etapas preparatórias necessárias para garantir a sua integridade, equidade e transparência. Ele acrescentou que era necessária uma resolução do impasse político para permitir os preparativos para as eleições.

**81.** A 7 de Junho, o presidente interino da Comissão Nacional Eleitoral apresentou um prazo proposto ao Presidente Vaz para as eleições legislativas de 2018. Ao abordar a imprensa no final da reunião, ele absteve-se de discutir publicamente os detalhes do calendário eleitoral, mas afirmou que as eleições autárquicas teriam lugar de 6 a 12 meses após a realização das eleições legislativas.

**82.** A 17 de Julho, o Conselho de Paz e Segurança da União Africana emitiu uma declaração sobre a situação na Guiné-Bissau, na qual sublinhou a necessidade urgente de "arranjos institucionais" para permitir a realização atempada das eleições.

## **IV: Questões transversais**

### **A. Integration of the United Nations system**

**83.** Durante o período em análise, o UNIOGBIS iniciou a implementação das recomendações da missão de revisão estratégica interinstitucional das Nações Unidas para a Guiné-Bissau, liderada pelo Departamento de Assuntos Políticos em Dezembro de 2016 e delineada no meu último relatório ao Conselho de Segurança ([S / 2017/111](#), parágrafos 68-75). Conforme recomendado pela missão de revisão estratégica e aprovado pelo Conselho, em Junho, eu nomeei um novo Representante Especial Adjunto para a Guiné-Bissau e o Vice-Chefe do UNIOGBIS, David McLachlan-Karr. O Representante Especial Adjunto proporcionará liderança e fiscalização da Secção de Instituições do Estado de Direito e Segurança do UNIOGBIS e liderará a Equipa do País das Nações Unidas na Guiné-Bissau, na qualidade de Coordenador Residente das Nações Unidas. O Sr. McLachlan-Karr apresentou as suas credenciais ao Presidente a 19 de Julho. De acordo com as recomendações da missão, o UNIOGBIS iniciou medidas para reafectar pessoal para a Secção de Assuntos Políticos para apoiar os bons ofícios do meu Representante Especial, bem como aumentar a presença rotacional da missão fora de Bissau e fortalecer as sinergias com a equipa do país das Nações Unidas.

**84.** Sob a liderança do meu Representante Especial, o UNIOGBIS e a equipa do país das Nações Unidas continuaram a trabalhar com as autoridades nacionais no âmbito do quadro de parceria entre a Guiné-Bissau e as Nações Unidas 2016-2020.

**85.** A 12 de Abril, o UNIOGBIS e o secretariado do Fundo de Consolidação da Paz organizaram um retiro de um dia com a equipa do país das Nações Unidas para reflectir sobre o plano prioritário para a consolidação da paz para a Guiné-Bissau. O retiro foi parte de um esforço maior para actualizar e realinhar o plano prioritário para o contexto político e desenvolver perspectivas de curto e médio prazo para o portfólio de construção da paz do país, com base em lições aprendidas e em boas práticas em todo o sistema.

**86.** Em Junho, o programa conjunto sobre polícia, justiça e correcções na Guiné-Bissau foi finalizado no âmbito do arranjo do Ponto Focal Global. Após o apoio do Governo, espera-se que o programa conjunto reforce a assistência do sistema a instituições do Estado de Direito, com o apoio do UNIOGBIS, PNUD, UNODC, UNICEF e ONU- Mulheres.

**87.** A 18 de Junho, o Banco Mundial e as Nações Unidas adoptaram um plano para apoiar a capacidade do governo nacional para a prestação de serviços básicos. O plano visa melhorar a coordenação e a partilha de informações e promover análises, planeamento e programação conjuntas entre as duas instituições.

## **B. Informação pública**

**88.** Durante o período abrangido pelo relatório, o UNIOGBIS ajustou a sua estratégia de comunicação política e, juntamente com a equipa do país das Nações Unidas, desenvolveu uma estratégia conjunta de comunicação das Nações Unidas, de acordo com as recomendações da missão de revisão estratégica. Também fortaleceu o seu alcance na região de Bubaque através da colocação de um voluntário nacional das Nações Unidas como Assistente de Informações Públicas.

**89.** Além disso, a missão: produziu e transmitiu 14 programas de rádio na língua crioula Bissau-guineense, com foco no seu mandato, esforços de consolidação da paz, diversidade cultural, prevenção da malária e liberdade de imprensa, entre outras questões; expandiu o programa de rádio ao vivo das Nações Unidas de 50 minutos para incluir com um segmento de direitos humanos e uma sessão de chamadas de 20 minutos; emitiu um total de 30 comunicados de imprensa sobre as actividades das Nações Unidas; e traduziu para o português e divulgou 12 declarações de imprensa relevantes da Sede das Nações Unidas. O UNIOGBIS também elaborou e publicou 30 artigos em inglês e português no seu *site*. A missão também publicou cerca de 180 artigos em inglês e português na sua página do Facebook descrevendo as actividades das Nações Unidas na Guiné-Bissau,

incluindo os bons ofícios do meu Representante Especial. A 23 de Março, foi lançado um boletim externo com o trabalho das Nações Unidas na Guiné-Bissau ("I Kuma") e um total de 3,000 exemplares foram distribuídos por todo o país.

**90.** De 12 de Abril a 10 de Maio, o UNIOGBIS, em parceria com organizações da sociedade civil, completou uma série de reuniões de divulgação comunitária em todo o país para consciencializar sobre as noções de cidadania, o estado de direito, a democracia e os direitos humanos, incluindo a triagem de Um filme "O cidadão e o Estado", produzido pelo UNIOGBIS em 2016, e a divulgação de um guia sobre direitos humanos elaborado pelo UNIOGBIS.

**91.** O UNIOGBIS também apoiou uma conferência internacional sobre o impacto negativo da corrupção organizada pela associação nacional de juízes a 15 de Junho, bem como actividades de divulgação sobre prevenção de abuso e tráfico de drogas organizadas pelo Observatório Nacional sobre Abuso de Drogas, de 27 de Junho a 1 de Julho.

### **C. Segurança e protecção do pessoal**

**92.** A situação geral de segurança na Guiné-Bissau manteve-se calma apesar do impasse político prolongado. Não foram notificados incidentes significativos envolvendo pessoal das Nações Unidas, excepto por um acidente de trânsito no qual um pedestre foi ferido.

### **V. Observações**

**93.** A crise política na Guiné-Bissau continuou nos últimos dois anos, sem um fim imediato à vista. Na ausência de um acordo, existe o risco de uma maior deterioração da situação política e de segurança, particularmente à medida que se aproximam as eleições legislativas de 2018. Exorto o Presidente, o Presidente da Assembleia Nacional, os líderes do PAIGC e do PRS, bem como todos os outros líderes políticos a demonstrar verdadeira vontade política e sinceridade e a agir de forma decisiva para acabar com a crise através do diálogo e do consenso. Esses líderes são responsáveis por garantir uma solução durável, com base no roteiro da CEDEAO e no Acordo de Conacri. As Nações Unidas continuam empenhadas em apoiar os seus esforços na implementação das principais reformas descritas no Acordo de Conacri antes das eleições.



**94.** Felicito os esforços de mediação liderados pela CEDEAO, incluindo o Mediador, o Presidente Alpha Condé da Guiné e o Presidente em exercício da Autoridade da CEDEAO, a Presidente Ellen Johnson-Sirleaf, da Libéria. Felicito o Presidente Faure Essozimna Gnassingbé do Togo pela sua designação como novo Presidente da Autoridade e encorajo-o a continuar o apoio indispensável da CEDEAO para uma rápida resolução da crise. Congratulo-me ainda com a extensão pela CEDEAO do mandato da ECOMIB por três meses, até Setembro de 2017.

**95.** Tomo nota da determinação da Autoridade da CEDEAO de instituir, se necessário, sanções específicas contra aqueles que obstruem a boa implementação do Acordo de Conacri. De acordo com a posição da CEDEAO, solicito que o Conselho de Segurança considere todos os meios necessários para assegurar a rápida resolução da crise, caso persista.

**96.** Tomo também nota da contínua não-interferência nos assuntos políticos do país pelas instituições de defesa e segurança da Guiné-Bissau, particularmente as Forças Armadas, e encorajo-os a manter essa postura enquanto desempenham o seu papel constitucionalmente mandatado.

**97.** Congratulo-me com o crescente envolvimento das mulheres na Guiné-Bissau no processo político e felicito-as pelo seu papel na facilitação do diálogo entre o Presidente Vaz e os principais líderes políticos. Incentivo as autoridades nacionais a aumentar os esforços para alcançar uma participação igualitária das mulheres nos processos de tomada de decisão do país.

**98.** Congratulo-me com as medidas tomadas pelas autoridades nacionais relevantes para avaliar o registro do país na implementação das obrigações internacionais em matéria de tratados de direitos humanos e para dar seguimento às recomendações do relatório conjunto UNIOGBIS-OHCHR sobre o direito à saúde. Encorajo as autoridades a finalizar a ratificação dos instrumentos de direitos humanos pendentes e a assegurar que o estatuto da Comissão Nacional dos Direitos Humanos seja alinhado com os Princípios de Paris, incluindo o princípio da independência da Comissão do Governo.

**99.** No contexto de ameaças globais e regionais multidimensionais para a paz e a estabilidade, exorto as autoridades nacionais a manterem-se vigilantes e a intensificarem os seus esforços para melhorar a gestão das fronteiras e a segurança marítima. Existe também a necessidade de uma melhor capacidade operacional dos sistemas de aplicação da lei e da justiça penal para combater o tráfico de drogas e o

crime organizado transnacional. Exorto os parceiros internacionais a apoiar o país a este respeito. O apoio internacional também é necessário para estender o policiamento comunitário a todo o país.

**100.** Estou preocupado com o atraso no progresso de reforma das instituições de defesa e segurança, dificultando a sua modernização. Exorto os líderes políticos da Guiné-Bissau a resolver a crise institucional e a facilitar as reformas, e exorto todos os parceiros a apoiarem o país na implementação das mudanças necessárias a este respeito.

Eu também acredito que uma academia de polícia e uma academia militar, que serão estabelecidas no futuro, actuarão como elementos críticos para a profissionalização do pessoal de defesa e segurança e incentivar os parceiros a apoiar o desenvolvimento de tais instituições nacionais.

**101.** É indispensável a assistência no funcionamento dos serviços públicos essenciais do país, especialmente nos sectores de educação e saúde. Congratulo-me com o envolvimento sustentado de todos os parceiros internacionais presentes no país e os seus esforços concertados, em particular a União Africana, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, a CEDEAO, a União Europeia, a União Económica e Monetária da África Ocidental, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco de Desenvolvimento da África Ocidental e as instituições de Bretton Woods, bem como os doadores bilaterais. Encorajo-os a continuar a apoiar o plano estratégico e operacional nacional da Guiné-Bissau para o período de 2016 a 2020 e a honrar os compromissos assumidos na mesa redonda de doadores de Março de 2015 em Bruxelas.

**102.** O meu Representante Especial continuará a trabalhar em estreita colaboração com as partes interessadas nacionais, regionais e internacionais para mobilizar e investir recursos financeiros, humanos e técnicos na concepção e implementação de programas e projectos para construir uma maior resiliência e equipar a Guiné-Bissau para enfrentar os desafios relacionados com a Implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

**103.** Para garantir o apoio alargado da comunidade internacional aos desafios políticos, de desenvolvimento, de segurança e de direitos humanos na Guiné-Bissau, exorto os principais atores políticos do país a demonstrar um alto senso de responsabilidade ao acabar rapidamente com o impasse político em curso.

**104.** Desejo expressar o meu agradecimento à equipa do UNIOGBIS e à equipa do país das Nações Unidas, sob a liderança do meu Representante Especial, Modibo

Ibrahim Touré, pelo seu compromisso e trabalho árduo, bem como os parceiros bilaterais, regionais e internacionais pelas suas contribuições contínuas para a construção da paz na Guiné-Bissau.

-----